

Com a presença do ministro da Juventude

Associações de Estudantes discutiram nova legislação

O ministro da Juventude, Couto dos Santos, reuniu-se com dirigentes associativos de todas as universidades do País, no termo do Encontro Nacional das Associações de Estudantes, que teve lugar na Faculdade de Ciências do Porto.

Tema principal da discussão foi a Lei das Associações de Estudantes — ainda não aprovada pela Assembleia da República — acerca da qual o ministro teria afirmado não poder «prometer fazer alterações (conforme lhe foi solicitado) a algo que ainda não foi totalmente discutido», e sem saber, exactamente, «o que eles (estudantes) pretendem».

A legalização das associações de estudantes, já existentes, foi outra das questões debatidas, considerando o facto de que apenas a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências do Porto se encontra legalizada, de acordo com a nova legislação, situação que se apresenta tão caricata como preocupante. A garantia de que faria todos os «artifícios» para que esta situação venha a clarificar-se, com a legalização das associações que apresentem condições para tal, foi a promessa de Couto dos Santos.

A impossibilidade de certas associações aguarda-

rem até 25 de Novembro — prazo estipulado como limite — pelos subsídios que lhes deverão, por direito, ser atribuídos anualmente, foi outro dos problemas apresentados, tendo em conta que há organizações estudantis que não

receberam, até agora, qualquer verba, vindo-se a braços com situações delicadas.

O caso dos ISCA e dos ISE e o reconhecimento oficial do ENDE (Encontro Nacional de Associações de Estudantes), encerra-

ram a reunião, afirmando o ministro da Juventude a sua «fé em que o diálogo aluno/ministro da Educação», levase à solução do diferendo. Reconheceu, ainda que «informalmente», o ENDE (que não possui legalidade jurídica) — ou en-

tao não estaria ali...

Além do ministro da Juventude, este encontro contou com a presença do reitor da Universidade do Porto e reuniu cerca de cem dirigentes, em representação das 55 associações existentes no País.

Couto dos Santos reuniu com dirigentes estudantis

BUROCRACIA ESTRANQUILA MOVIMENTO ASSOCIATIVO

O ministro da Juventude, Couto dos Santos, reuniu-se ontem, na Faculdade de Ciências do Porto, com dirigentes de 44 associações de estudantes de várias Universidades do país.

Na reunião, destinada a discutir a lei das associações de estudantes, Couto dos Santos afirmou que «os jovens precisam de ter mecanismos legais que lhes permitam, sem obstáculos, desenvolver a sua capacidade organizativa e associativa».

«Há que ultrapassar as barreiras e os processos burocráticos que vivem, por vezes, ao estrangulamento do movimento associativo estudantil», observou o ministro da Juventude, que considerou bastante complexo o sistema processual para concessão do apoio do Estado às associações ju-

venis.

A este propósito, Couto dos Santos referiu que o seu gabinete tem já preparada uma síntese da legislação sobre as associações de estudantes, bem como um modelo exemplificativo de estatutos.

Segundo o ministro da Juventude, a presente legislação pretende facultar às associações estudantis as informações necessárias para estas se legalizarem, «condição obrigatória para terem acesso aos esquemas de apoio estabelecidos».

«A opção do Governo visa regulamentar os apoios financeiros, de forma a evitar que as associações fiquem bloqueadas na sua actividade», frisou.

Tendo em conta a actual legislação, aquele membro do Governo salientou o au-

mento significativo das verbas às associações, orçadas em 250 mil contos para 1988.

Em relação ao ensino secundário, Couto dos Santos referiu que as associações de estudantes recebem apoio do Estado em projectos pontuais.

Actualmente, «face à nova lei, não existe nenhuma associação do ensino médio com personalidade jurídica», revelou o ministro, acrescentando que o reconhecimento jurídico é factor primordial na atribuição de verbas às organizações associativas dos estudantes.

«Neste momento, as associações vêm-se na contingência de não poderem auferir de verbas estabelecidas pelo Estado, não por falta de vontade, mas porque a lei o determina», realçou.

Associações Académicas -
vida académica

COMERCIO DO PORTO

Pg. 5